



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Iraci de Andrade¹

Resumo

O texto orienta-se pela reflexão do Serviço Social, enquanto profissão integrada na divisão social do trabalho, nos marcos da sociedade capitalista, acerca da produção social do espaço, de modo específico na região oeste de Santa Catarina. O estudo busca desvendar elementos do atual processo de desenvolvimento capitalista do campo, compreendendo-o enquanto uma totalidade sócio-histórica, profundamente contraditória, desigual e, em movimento. Assim, a partir da análise do desenvolvimento capitalista no campo, o estudo busca identificar as expressões da questão social na contemporaneidade e os novos desafios postos ao Serviço Social, considerando especialmente a inclusão do território, enquanto eixo estruturante da Política de Assistência Social.

Palavras-Chave: serviço social; produção do espaço, política de assistência social;

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo centrará sua reflexão a partir da análise do Serviço Social enquanto profissão integrada na divisão social do trabalho, nos marcos da sociedade capitalista, sobre o território enquanto novo componente a ser compreendido e incorporado pelos trabalhadores sociais na organização do processo de trabalho, nos marcos da Política de Assistência Social.

Nos termos referidos, buscar-se-á estabelecer um diálogo crítico com as experiências empíricas desenvolvidas por profissionais de Serviço Social inseridos em equipes dos CRASs e dos CREASs da região oeste do Estado de Santa Catarina². Nesse movimento, ganham centralidade as configurações do desenvolvimento capitalista no campo e as expressões da questão social.

Assim, compreender o Serviço Social enquanto uma construção sócio-histórica requer situá-lo, permanentemente, no movimento dialético da sociedade, onde o mesmo é, simultaneamente, engendrado e operante. Dito isso, acredita-se que forjar um Serviço Social eticamente comprometido com as lutas da classe trabalhadora exige, certamente, uma racionalidade crítica-dialética capaz de produzir o desvendamento dos processos sociais em que se encontram envolvidas, superando as barreiras do imediato e das aparências, possibilitando a aproximação com a insurgência do novo, do que ainda não é, mas já existe como potência, como possibilidade a ser concretizada.

2 OESTE CATARINENSE: ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO

Inicialmente, utilizando-se estudo realizado por Werlang (2006)³, afirma-se que o processo de colonização do oeste catarinense se situa entre os mais complexos do Brasil.

¹ iraci_andrade@hotmail.com.

² O Estado de Santa Catarina é constituído de 293 municípios, sendo que, desses, 79,8% se caracterizam como município de Pequeno Porte I, por possuírem menos que 20 mil habitantes, conforme classificação definida pela PNAS.

³ Trata-se de pesquisa realizada por Alceu Antonio Werlang, quando da realização de sua Tese de Mestrado em História, sob o título **Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense — a atuação da Companhia**



Tal afirmativa encontra-se referenciada na disputa primeira entre Portugal e Espanha, quando de sua “descoberta” em 1496, seguida da disputa entre Brasil e Argentina em 1888 e, posteriormente, entre Paraná e Santa Catarina. Devendo-se acrescentar as lutas e disputas que se realizaram entre indígenas, luso-brasileiros e colonos. Entretanto

O fato de os indígenas e caboclos, em geral, possuírem o entendimento de que a terra tinha o valor de uso, e não comercial, favoreceu aos “forasteiros” se imporem aos estabelecimentos. Os “estranhos” passaram a ser os que tradicionalmente habitavam as terras, e os que vieram de fora sentiram-se com hábitos superiores e amparados pela lei. Por isso, viam como legítima a ação de conquista da terra (RADIN, 2006, p. 11).

Assim, a “história oficial” passou a ser registrada a partir da chegada dos agricultores descendentes de europeus, que vieram para colonizar o oeste catarinense, especialmente a partir dos anos 20 do século XX, incorporando a região no cenário da “civilização” (RENK, 2011). Decorrentemente desse processo sócio-histórico territorial de expropriação da população local, especialmente os caboclos passaram a migrar para o Paraná, ou, então, a ocupar outras áreas de terras acidentadas e íngremes na região que não representava “valor de troca” de interesse das empresas colonizadoras.

Na atualidade, Renk afirma ser possível a identificação de áreas rurais e “guetos urbanos” para onde a população cabocla foi deslocada pelas colonizadoras. “Há espaços que são considerados eminentemente caboclos, em Chapecó podemos arrolar o Goio-En, na costa do Rio Uruguai, o Distrito de Marechal Bormann, a localidade de Baronesa da Limeira, Bairro São Pedro e Vila Rica” (RENK, 2011, 140). Com efeito, a perda por parte dos caboclos e indígenas não se restringiu às terras e ao modo de vida que levavam até então, mas ao “novo” lugar que lhes fora reservado na sociedade, o da subalternidade e da desqualificação. Entretanto, no território usado em seu contínuo fazer-se contraditório, apresentam-se hoje: comunidades indígenas em luta na região pela demarcação de suas terras e pelo acesso aos serviços públicos; colonos contestando as ordens de desocupação das áreas indígenas “compradas das colonizadoras” no início do século passado; agricultores que conquistaram um pedaço de terra através da luta pela reforma agrária e que resistem com todas suas forças para não abandonarem o campo por falta de políticas agrícolas; agricultores familiares integrados aos complexos agroindustriais que protestam a superexploração a que estão expostos; caboclos empobrecidos que resistem aos múltiplos preconceitos sofridos, que insistem em concentrá-los nos “guetos rurais e urbanos”. Assim, através da história do espaço, é possível perceber que cada porção específica de espaço geográfico é o resultado de uma produção humana ininterrupta, sem, entretanto, significar sua homogeneização.

Entre as estratégias adotadas para se garantir a valorização⁴ do capital no campo, encontram-se os complexos agroindustriais espalhados pela região oeste, assim como por toda a Região Sul do País. Nessa lógica, o sistema de integração da avicultura e da

Territorial Sul Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 1992, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Humberto Correia.

⁴ O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital, e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2003, p. 75).



suinocultura é expressão da intervenção capitalista no campo, uma vez que são as empresas integradoras (agroindustriais) que determinam os métodos e as regras da atividade a ser desenvolvida pelos agricultores. Assim,

Na integração, há uma série de regras impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, pois a taxa de lucro das integradoras depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preço. Não resta dúvida de que a integração abre caminho para a produção do capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, o que seria o mesmo que admitir que, com a sujeição da renda da terra ao capital, as integradoras estão se apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Eis aí a razão pela qual os camponeses são tomados por tais empresas como “parceiros” ideais (PAULINO, 2006, p. 33).

Paralelamente aos complexos agroindustriais, expressão da modernização da agricultura, encontra-se um grande número de agricultores familiares “não integrados”, de diaristas, de safristas e de desempregados residentes na área rural. Segundo Oliveira (2005), a análise da agricultura, na sociedade brasileira, não pode prescindir da contextualização do desenvolvimento capitalista mundial, apontando, necessariamente, um processo contraditório e combinado. Em decorrência do referido modelo, observa, numa mesma sociedade nacional, o desenvolvimento de relações capitalistas avançadas e de relações não capitalistas, a exemplo dos camponeses. Nas palavras de Oliveira (2005, p. 77, grifos nossos),

Em razão do aprofundamento do processo de articulação entre a indústria e a agricultura, muitos autores têm interpretado as transformações ocorridas na agricultura como ditadas exclusivamente pela indústria. É verdade que existe uma forte articulação entre indústria e a agricultura, como é verdade também que ocorre a expansão do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória.

Na observação das diferentes *paisagens* produzidas no campo, revelam-se as diferentes formas de apropriação e de uso da terra, articuladas às distintas formas de reprodução social vinculadas à agricultura, configurando-se, nas palavras do autor, o desenvolvimento desigual. Ademais, uma das características expressas no processo contraditório de desenvolvimento desigual na agricultura ocorre através da metamorfose realizada pelo capital, sendo que o mesmo se expande através de relações não capitalistas. Tal afirmação sustenta-se na análise de que

O processo de desenvolvimento contraditório da agricultura ocorre nas formas articuladas pelo próprio capitalista, que se utilizam de trabalho de familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte de seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem um parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-os em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformada, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo do capital, que faz por meio de relações não-capitalistas (OLIVEIRA, 2005, p. 80).



Nessa perspectiva de análise, o trabalho camponês é-lhe fundamentalmente útil para viabilização de sua própria produção e reprodução do capital. Assim, o referido processo contraditório e desigual de desenvolvimento capitalista no campo amplia, ao mesmo tempo, a expansão do assalariamento, especialmente nas grandes propriedades, e o trabalho da agricultura familiar nas pequenas propriedades rurais. Note-se que tal diversidade é revelada pela existência das enormes fazendas mecanizadas produtoras de grãos para exportação que contratam mão de obra assalariada, das pequenas propriedades dos agricultores familiares “integrados” aos complexos agroindustriais (devidamente identificados com placas das empresas em suas propriedades), das precárias moradias dos trabalhadores arrendatários e diaristas, ou, ainda, das grandes extensões de terras para pastagem da criação de gado.

Nesse mesmo enfoque, relatos afirmam que, nas áreas indígenas situadas na região, a maioria dos trabalhadores das agroindústrias são mulheres indígenas. Estas deslocam-se com ônibus da empresa que realiza o transporte dos trabalhadores a partir das 2:00 horas da manhã. Nas palavras das profissionais,

Nós temos todo dia um ônibus para Seara e Chapecó, de mão de obra (OM 159).

Tem um pessoal que vai pra Aurora, em Maravilha, com incentivo de transporte do município (OM 155).

Aqui, na verdade, os indígenas estão tendo que buscar meios de sobrevivência nos frigoríficos da região. Eles estão indo trabalhar até em Seara, Xaxim (AA 593).

Às duas da manhã, elas saem pra ir pra quilombo e voltam às quatro horas da tarde (OI 599).

É, os frigoríficos tão dando preferência pras mulheres (OI 598).

Verifica-se que a lógica de organização da produção e extração da mais valia no campo é da mesma forma hegemônica pelo grande capital, determinando a dinâmica da reprodução da vida dos diferentes sujeitos, podendo ser agricultores integrados, posseiros, indígenas ou simplesmente assalariados urbanos.

Portanto, infere-se que “[...] o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados” (IAMAMOTO, 2007, p. 200). Nota-se que impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública requer a atualização crítica dos referenciais teórico-metodológicos e de um conjunto de instrumentais técnico-operativos que consigam desenvolver a capacidade do “homem simples” de perceber a totalidade do espaço produzido, discernimento crítico das condições em que vive e organização política para enfrentá-las.

Por sua vez, o processo de construção de usinas hidrelétricas na região oeste de Santa Catarina também é destacado pelos profissionais pelo seu alto impacto social negativo produzido, decorrente da forma e dos interesses que dominam o processo de produção de tal empreendimento. Importa registrar que a referida temática decorre do processo mundial de privatização e mercantilização da água, agenciada pelo capital internacional do setor, mediada pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) e



sustentada pelas políticas dos governos nacionais. Nessa perspectiva, a Comissão Nacional da Pastoral da Terra (CNPT), através de estudos e pesquisas sistemáticas realizadas desde 2002, registrou o crescimento anual do número de conflitos envolvendo empresas construtoras das usinas, comunidades atingidas e trabalhadores da construção. Em 2002, foram registrados, nacionalmente, 14 conflitos, envolvendo 14.352 pessoas; já em 2010, registraram-se 87 conflitos, abarcando 197.210 pessoas.

O relato em específico refere-se à construção de uma usina hidrelétrica em um município com menos de 6.000 habitantes. Da “noite para dia”, a população foi acrescida de mais 4.800 habitantes, sendo trabalhadores vinculados diretamente às obras da usina. O que interessa registrar é que a implantação do CRAS e do Serviço de Atendimento ao Migrante não responderam à demanda de proteção social especial, que, simplesmente, inverteu os percentuais registrados no período anterior ao início do empreendimento. Registra-se que a proporção dos serviços de proteção básica realizados era de 70%, e a dos serviços de proteção social especial era de 29,59% em 2006. No ano de 2008, período em que a obra estava em plena construção, a demanda atendida inverteu-se, passando a ser de 31% em serviços de proteção básica e de 68% em serviços de proteção especial. As expressões mais evidenciadas foram o crescimento de trabalhadoras do sexo, exploração sexual infanto-juvenil, gravidez na adolescência; drogadição; violência sexual; população em situação de rua. Para além das demandas de atendimento frente ao agravamento da questão social, relata-se a denúncia do fato de os trabalhadores vinculados à obra da usina viverem em um território restrito, onde era proibida a entrada mesmo de agentes públicos a fim de realizar trabalho de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, exploração sexual, etc. Na interpretação de Santos (2008d, p. 217),

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Quanto às relações sociais desiguais, para além das já citadas envolvendo a população local, a relação estabelecida entre empresa e os trabalhadores vinculados à construção da hidrelétrica foi denominada de confinamento humano, sendo que, na ocorrência de situações de violência (física, sexual) entre os trabalhadores, o próprio boletim de ocorrência (BO) era realizado dentro do pátio da empresa e não na delegacia de polícia. Nesse mesmo enfoque, a CNPT afirma que, segundo nota divulgada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 17 de março de 2011, relativo aos conflitos ocorridos no canteiro de obra da Usina de Jirau em Rondônia, os trabalhadores das construções vivem “[...] em situação de superexploração, com salários extremamente baixos, longas jornadas e péssimas condições de trabalho, existe epidemia de doenças dentro da usina e não existe atendimento adequado de saúde” (MALVEZZI; CANUTO, 2011, p. 17). Observa-se que o processo de produção das usinas hidrelétricas compõe frações do capital globalizado que, sob o aval do Estado brasileiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viabilizam a acumulação e extração do lucro a partir da apropriação privada da água, da exploração do trabalho em condições subumanas, das baixas indenizações às famílias atingidas, dentre outros fatores que certamente exigem maiores e continuados estudos.



Em face ao tempo acelerado exigido pela lógica da reprodução e da valorização do capital, produz-se uma distância cada vez maior das condições básicas a serem asseguradas à reprodução da vida humana, caracterizada como superexploração. Em outros termos, a Política de Assistência Social, da mesma forma que as demais políticas sociais, encontra-se a reboque da política econômica. Demonstra-se, assim, o impedimento de a Política de Assistência Social realizar a proteção de caráter preventivo, considerando especialmente que tal perspectiva impõe a antecipação de serviços socioassistenciais aos impactos sociais decorrentes de tal empreendimento econômico. Da mesma forma, a proteção social especial não é assegurada a essa população, uma vez que os municípios de Pequeno Porte I e II se encontram, desde a criação do SUAS, sem acesso aos serviços do CREAS, devido, especialmente, ao fato de o gestor estadual não ter realizado nenhuma ação no sentido de desencadear o processo de implantação dos CREASs Regionais no Estado.

Nesse movimento de aproximações sucessivas ao objeto de estudo, ganham destaque as configurações do desenvolvimento capitalista no campo, onde se verifica que a lógica de organização da produção e da extração da mais valia no campo é hegemônica pelo grande capital, sendo que esse lança mão de diferentes estratégias a fim de alcançar seu único fim, o lucro. Decorrentemente dessa premissa, a dinâmica da reprodução da vida dos diferentes segmentos de trabalhadores que vivem no campo, sejam eles agricultores familiares integrados, sejam posseiros, meeiros, arrendatários, indígenas ou assalariados rurais, encontra-se permeada de conformismos e resistência, dependendo de sua condição de trabalho e posse da terra.

Assim, ao mesmo tempo em que o capital avança por todas as dimensões da vida social, observa-se o aprofundamento da questão social objetivada na concretude do espaço social cada vez mais dominado pela lógica da mercadoria em detrimento da vida. O acesso aos bens e riquezas produzidos coletivamente encontra-se cada vez mais disponível e restrito aos espaços do capital. Em outros termos, o conflito estabelecido confronta o poder exercido pela propriedade privada, contrapondo-se à luta pela apropriação social coletiva.

Diante do exposto, destaca-se que a centralidade da ação profissional deve estar direcionada para a captura do território em movimento que a população empobrecida impulsiona e “dá vida” todo dia, através das relações sociais e das articulações que estabelece. Tais afirmativas requerem a imperiosa superação da concepção restrita de território usado enquanto espaço físico geográfico. Portanto, faz-se urgente a superação de posturas conservadoras reprodutoras da segregação socioespacial, ou, ainda, da visão gerencial e conservadora orientada pela definição dos recortes administrativos dos territórios, estabelecendo as fronteiras dos “territórios da precariedade” ou das “comunidades encapsuladas”, a fim de referenciar territorialmente as famílias usuárias da Política de Assistência Social.

3 CONCLUSÃO

Deste modo, a presente produção buscou evidenciar o Serviço Social enquanto profissão integrada na divisão social do trabalho, nos marcos da sociedade capitalista, sendo o território usado, um novo componente a ser compreendido, desvendado e incorporado pelos trabalhadores, nos marcos da Política de Assistência Social. Portanto, impõe-se ao serviço social, a exigência de uma racionalidade crítica-dialética capaz de



produzir o desvendamento dos processos sociais em que se encontra envolvido, superando as barreiras do imediato e das aparências.

Nesse enfoque, significa dizer que as desigualdades socioterritoriais com as quais se deparam os trabalhadores sociais são expressões concretas das relações sociais de classe, estabelecidas no curso do processo de produção e reprodução social do espaço. Frente ao exposto, conclui-se que o território que importa para o Serviço Social é o território usado, o território encharcado de vida, de resistências, de sonhos, produzido cotidianamente por sujeitos que, através das relações sociais estabelecidas, expressam, na concretude do território, as particularidades do conteúdo da sociedade inteira, com suas múltiplas contradições.

No território usado, onde é tecida a vida, reportam-se, em primeiro lugar, a prática social, as conexões, os percursos e relações sociais estabelecidas pela população usuária em sua estratégia diária de luta pela sobrevivência. Em outros termos, o potencial da perspectiva territorial da Política de Assistência Social diz respeito à produção de novas descobertas e novas racionalidades.

No esforço de aportar elementos que, de alguma forma, possam contribuir para a construção de uma abordagem territorial comprometida com a transformação concreta das condições de vida e moradia de amplos segmentos sociais, enfatiza-se que as desigualdades sociais se concretizam a partir da realidade socioterritorial. Portanto, acredita-se que o novo modelo de gestão do SUAS deve estar comprometido com a ampliação de ações públicas territoriais, com vistas à realização de novas mediações a serem construídas no campo da garantia do direito de acesso ao conjunto dos serviços oferecidos pela cidade e do fortalecimento do protagonismo popular dos usuários.

REFERÊNCIAS

MALVEZZI, Roberto; CANUTO, Antonio. Conflitos e violência: quando o econômico monopoliza o valor da água. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia R. da Silva; WICHINIESKI, Isolete. Conflitos no Campo Brasil 2010/CTP. Goiânia: CPT, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). Novos caminhos da Geografia. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Heloisa Maria J. Cultura política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortes, 2003.

RADIN, José Carlos. Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense — a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação — Mestrado em História).

RADIN, José Carlos. Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense — a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. In: WERLANG, Alceu Antonio. Disputas e ocupações do



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

espaço no oeste catarinense – a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008d.

WERLANG, Alceu Antonio. Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense — a atuação da Companhia Territorial Brasil Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação — Mestrado em História).

WERLANG, Alceu Antonio. Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense – a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.